13º SIMULADO OAB 2012.2

09 DE NOVEMBRO DE 2012

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 9/nov e extinguir-se-á às 13hs do dia 12/nov. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 14/nov.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 14/nov.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 9/Nov | 9h20 às 12h20 | Simulado |
| 9/Nov | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 12/Nov | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 14/Nov | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 14/Nov | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

1. **Em âmbito federal, o direito de a Administração Pública anular atos administrativos eivados de vício de ilegalidade, dos quais decorram efeitos favoráveis para destinatários de boa-fé:**

(A) não se submete a prazo prescricional.

(B) não se submete a prazo decadencial.

(C) prescreve em 10 (dez) anos, contados da data em que praticado o ato.

(D) decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que praticado o ato.

**2. A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos previstos na respectiva lei é ato:**

(A) vinculado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em lei.

(B) complexo, uma vez que somente se aperfeiçoa com a instituição do Termo de Parceria.

(C) discricionário, uma vez que depende de avaliação administrativa quanto à sua conveniência e oportunidade.

(D) composto, subordinando-se à homologação da Chefia do Poder Executivo.

**3. O contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, denomina-se concessão**:

(A) comum.

(B) patrocinada.

(C) administrativa.

(D) de uso de bem público.

**4. Ao tomar conhecimento de que o serviço público de transporte aquaviário concedido estava sendo prestado de forma inadequada, causando gravíssimos transtornos aos usuários, o ente público, na qualidade de poder concedente, instaurou regular processo administrativo de verificação da inadimplência da concessionária, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa. Ao final do processo administrativo, restou efetivamente comprovada a inadimplência, e o poder concedente deseja extinguir a concessão por inexecução contratual.**

**Qual é a modalidade de extinção da concessão a ser observada no caso narrado?**

(A) Encampação.

(B) Caducidade.

(C) Rescisão.

(D) Anulação.

**5. A Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. A respeito do regime jurídico aplicável a tais consórcios públicos, assinale a alternativa correta.**

(A) É vedada a celebração de contrato de consórcio público cujo valor seja inferior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões) de reais.

(B) Os consórcios públicos na área de saúde, em razão do regime de gestão associada, são dispensados de obedecer aos princípios que regulam o Sistema Único de Saúde.

(C) É vedada a celebração de contrato de consórcio público para a prestação de serviços cujo período seja inferior a 5 (cinco) anos.

(D) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.

**6. Antônio, vítima em acidente automobilístico, foi atendido em hospital da rede pública do Município de Mar Azul e, por imperícia do médico que o assistiu, teve amputado um terço de sua perna direita. Nessa situação hipotética, respondem pelo dano causado a Antônio:**

(A) o Município de Mar Azul e o médico, solidária e objetivamente.

(B) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, regressivamente, em caso de dolo ou culpa.

(C) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, subsidiariamente.

(D) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, solidária e subjetivamente.

**7. No que tange à chamada ação de improbidade administrativa, assinale a definição correta segundo a doutrina do Direito Administrativo.**

(A) Trata-se de ação de natureza civil e penal, uma vez que a Lei 8.429/92 prevê sanções de ambas as naturezas.

(B) Trata-se de ação meramente administrativa, uma vez que a Lei 8.429/92 prevê apenas sanções de caráter administrativo.

(C) Trata-se de ação civil, muito embora as sanções previstas pela Lei 8.429/92 ultrapassem o âmbito da simples ação de ressarcimento e importem em penalidades de natureza penal e administrativa.

(D) Não se trata de uma ação judicial e sim de uma ação administrativa, com a previsão legal (Lei 8.429/92) de sanções penais e administrativas.

**8. A estruturação da Administração traz a presença, necessária, de centros de competências denominados Órgãos Públicos ou, simplesmente, Órgãos. Quanto a estes, é correto afirmar que:**

(A) possuem personalidade jurídica própria, respondendo diretamente por seus atos.

(B) suas atuações são imputadas às pessoas jurídicas a que pertencem.

(C) não possuem cargos, apenas funções, e estas são criadas por atos normativos do ocupante do respectivo órgão.

(D) não possuem cargos nem funções.

**9. A revogação representa uma das formas de extinção de um ato administrativo. Quanto a esse instituto, é correto afirmar que:**

(A) pode se dar tanto em relação a atos viciados de ilegalidade ou não, desde que praticados dentro de uma competência discricionária.

(B) produz efeitos retroativos, retirando o ato do mundo, de forma a nunca ter existido.

(C) apenas pode se dar em relação aos atos válidos, praticados dentro de uma competência discricionária, produzindo efeitos *ex nunc*.

(D) pode se dar em relação aos atos vinculados ou discricionários, produzindo ora efeito *ex tunc*, ora efeito *ex nunc*.

**10. Tendo o agente público atuado nesta qualidade e dado causa a dano a terceiro, por dolo ou culpa, vindo a administração a ser condenada, terá esta o direito de regresso.**

**A respeito da ação regressiva, é correto afirmar que:**

(A) em regra deve ser exercida, sob pena de afronta ao princípio da indisponibilidade.

(B) o prazo prescricional tem início a contar do fato que gerou a ação indenizatória contra a Administração.

(C) a prescrição será decenal, com base na regra geral da legislação civil.

(D) o prazo prescricional será o mesmo constante da esfera penal para o tipo criminal correspondente.

**Constitucional**

**11. Sobre as medidas provisórias, assinale a alternativa correta:**

(A) A MP não pode ser editada no plano estadual e municipal.

(B) Os critérios de relevância e urgência não podem ser analisados em controle de constitucionalidade.

(C) A MP não pode dispor sobre matéria reservada à lei complementar.

(D) O processo de conversão da MP em lei ordinária começa no Senado Federal.

**12. O controle concentrado de constitucionalidade pode ser exercido por meio de diversos instrumentos elencados na Constituição. Nesse sentido, é correto afirmar que:**

(A) são legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, entre outros, o Presidente da República, o Governador de Estado, o Presidente do Senado e o Conselho Federal da OAB.

(B) a concessão de medida cautelar em sede de ação direta de inconstitucionalidade não está presente expressamente no ordenamento jurídico.

(C) as decisões de mérito do STF em sede de ADI e ADC são irrecorríveis, admitindo-se, entretanto, embargos de declaração.

(D) a sentença de inconstitucionalidade tem natureza declaratória e, em consequência disso, possui, sempre, eficácia *ex tunc*, ceifando o ato no momento de sua entrada no ordenamento jurídico.

**13. De acordo com o art.** **225 da CF/88: “*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.* Acerca da eficácia e aplicabilidade, pode-se dizer que estamos diante de uma norma:**

(A) limitada, na medida em que sua aplicação depende de atuação futura por parte do poder público e da sociedade;

(B) plena, mas com possibilidade de restrição através de lei;

(C) contida, com aplicação imediata, mas com possibilidade de restrição;

(D) absoluta, pois não pode sofrer nenhum tipo de restrição.

**14. Sobre os remédios constitucionais, marque a assertiva incorreta:**

(A) Segundo a jurisprudência não é cabível *habeas corpus* para impugnar prova ilícita em processo cuja pena máxima a ser aplicada seja a de multa;

(B) A ação de *habeas data* para ser analisada não depende da comprovação da recusa da informação por parte da autoridade administrativa;

(C) É cabível mandado de segurança para acesso a informações de natureza sigilosa;

(D) É cabível *habeas corpus* para defesa do direito de reunião ou de associação.

**15. A respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção correta.**

(A) Recebida a petição inicial da arguição de descumprimento de preceito fundamental, o Ministro Relator deverá suspender todos os processos em curso ou os efeitos das decisões judiciais ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição, salvo se decorrentes da coisa julgada;

(B) A ausência de uma lei de competência exclusiva do Congresso Nacional autorizaria, conforme entendimento do STF, que a mesa do Congresso Nacional propusesse, em qualquer hipótese, uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão para que o STF editasse a regra do caso concreto;

(C) Em face do princípio da subsidiariedade, segundo entendimento do STF, a possibilidade de impetração de mandado de segurança exclui a de se ingressar com arguição de descumprimento de preceito fundamental.

(D) O requisito da pertinência temática foi erigido à condição de pressuposto qualificador da própria legitimidade ativa ad causam para efeito de instauração do processo objetivo de fiscalização concentrada de constitucionalidade.

**16. Assinale a alternativa verdadeira, sobre a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e o controle de constitucionalidade:**

(A) o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil possui legitimação ativa para propor ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em face da Constituição Federal;

(B) o objeto da ADI é lei ou ato normativo federal ou estadual e com isso, pode-se concluir que os atos normativos do Distrito Federal que expressem matéria estadual também podem ser analisados pela ação;

(C) o Advogado Geral da União atuará como *defensor legis* de todas as ADI´s, não podendo a sua participação ser dispensada pelo STF;

(D) as leis municipais podem ser declaradas inconstitucionais em sede de ADI pelos Tribunais de Justiça, caso contrariem texto da Constituição Federal.

**17. Sobre nacionalidade e direitos políticos, assinale a alternativa correta:**

(A) Os membros do Congresso Nacional poderão ampliar, por meio de lei complementar, as hipóteses de inelegibilidades absolutas;

(B)O *ius sanguinis* deixou de ser critério de atribuição de nacionalidade originária no Brasil por meio da EC 54/07;

(C) Poderá ser ministro do STF o nascido no Brasil e filho de pais estrangeiros, quando estes não estão a serviço do país onde nasceram;

(D) Os brasileiros naturalizados que tenham optado pela aquisição voluntária de outra nacionalidade terão seus direitos civis e políticos suspensos.

**18. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), assinale a alternativa correta:**

(A) A CPI não pode determinar a realização de perícias e solicitar auditorias ao Tribunal de Contas;

(B) Podem ser criadas em âmbito estadual e municipal;

(C) Podem determinar a quebra de sigilo de dados telefônicos, fiscais e bancários dos investigados, inclusive determinar a suspensão ou dissolução das atividades de uma associação que esteja sendo alvo de investigação;

(D) Nenhuma autoridade pública pode ser convocada para depor em sede de CPI.

**19. A respeito do Poder Legislativo e do Poder Executivo, pode-se afirmar:**

(A) Segundo a Constituição, os deputados passam a ter imunidade formal a partir de sua diplomação e por isso têm inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões ou votos proferidos em decorrência de sua atuação.

(B) O sistema majoritário simples das eleições para o Senado Federal é o mesmo utilizado nas eleições para Governadores de Estado.

(C) O Poder Executivo terá seus chefes com mandato de 4 (quatro) anos e eleição através do sistema majoritário de dois turnos para Presidente e Prefeitos de todos os Municípios do país;

(D) O Senado Federal é a casa legislativa onde estão os representantes do povo brasileiro; o número de Deputados Federais, eleitos por cada Estado, está vinculado à população, sendo o mínimo de 08 (cinco) e o máximo de 70 (setenta) deputados e se for criado um Território Federal, ele não poderá eleger senadores.

**20. A respeito do que reza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas atualizações, assinale a alternativa correta.**

(A) são legitimados à apresentação de uma proposta de emenda ao Congresso Nacional: partido político com representação nas duas Casas do Congresso; Presidente da República e um terço das Assembleias Legislativas dos Estados;

(B) de acordo com a teoria das limitações materiais implícitas, as emendas constitucionais não podem alterar o art. 60 para estabelecer um processo mais simplificado de reforma da Constituição;

(C) se houver manifestação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, excepcionalmente, as propostas de emendas rejeitas poderão ser reapresentadas na mesma sessão legislativa em que ocorreu a sua rejeição;

(D) as emendas constitucionais devem seguir, para sua elaboração, um procedimento rigoroso, que pode ser assim resumido: as propostas passam por dois turnos obrigatórios de discussão e deliberação nas duas casas do Congresso, que estão reunidas em sessão conjunta e serão consideradas aprovadas se obtiverem em cada um dos turnos a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros e, ao final, são promulgadas pelo Presidente da República.

**Deontologia**

**21. O impedimento significa a proibição parcial do exercício da advocacia e a incompatibilidade, a proibição total da profissão. Acerca de tais institutos, constantes no Estatuto da Advocacia e da OAB, marque alternativa incorreta:**

1. Passa a exercer atividade incompatível, o advogado que desenvolver a atividade de Gerente Geral do Banco Real.
2. São impedidos de exercer a advocacia somente contra a Fazenda que o remunera os membros do Poder Legislativo em seus diferentes níveis.
3. É incompatível com o exercício da advocacia a atividade de Conselheiro do Tribunal de Contas da União.
4. Se um advogado é aprovado em concurso para professor de curso jurídico numa universidade pública poderá advogar contra a Fazenda que o remunera ou a qual seja vinculada a sua entidade empregadora.

**22. Viola disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB o advogado que:**

1. Renuncia ao mandato outorgado por um cliente, mesmo contra a vontade deste;
2. Recusa-se a atuar numa causa cível, quando for imposição do cliente que o advogado trabalhe com outro advogado indicado pelo cliente;
3. Publica anuncio em jornal de grande circulação, informando, além do nome e número de inscrição na OAB, ser ele integrante do Instituto de Estudos Criminais do Estado do Rio de Janeiro – Iecerj;
4. Faz emitir uma nota promissória ao cliente para garantia do pagamento de seus honorários.

**23. Sobre a responsabilidade disciplinar do advogado, tendo em vista que um advogado já sofreu uma censura pela OAB, a sanção cabível no caso de ser mantida uma sociedade de advocacia fora das normas e preceitos estabelecidos na lei 8.906/94 é a:**

1. Censura e multa de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades;
2. Suspensão com ou sem multa de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades;
3. Censura, somente;
4. Exclusão, tendo em vista a reincidência.

24. Das decisões proferidas pelo Presidente do Conselho Seccional cabe recurso para:

1. Conselho Seccional;
2. Conselho Federal;
3. Tribunal de Ética e Disciplina;
4. Conselho da Subseção.

**25. No que diz respeitos aos honorários advocatícios à luz do Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como à luz do Código de Ética e Disciplina é correto afirmar que:**

1. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados e aos honorários fixados por arbitramento judicial apenas.
2. Os honorários advocatícios devem necessariamente ser parcelados em três vezes, sendo 1/3 no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.
3. Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.
4. O Código de Ética e Disciplina permite que o advogado contrate honorários advocatícios através de notas promissórias.

**26. Em relação aos direitos dos advogados assegurados pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como em relação ao entendimento do STF, marque a alternativa incorreta.**

1. É direito do advogado sustentar oralmente as razões de qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa pelo prazo de 15 minutos, salvo se prazo maior for concedido.
2. Constitui direito do advogado, exercer com liberdade, a profissão em todo o território nacional, exigindo-se, em alguns casos, a inscrição suplementar.
3. É direito do advogado ingressar livremente em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, desde que munido de poderes especiais.
4. Constitui direito do advogado, ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

**27. Marque a alternativa correta, em relação ao advogado empregado**:

1. A relação de emprego, na qualidade de advogado, retira a isenção técnica e reduz a independência profissional, visto que um dos requisitos caracterizadores do vinculo empregatício é a subordinação.
2. O salário mínimo profissional do advogado será fixado pelo Conselho Seccional da OAB.
3. As horas trabalhadas que excederem a jornada normal de trabalho são remuneradas por um adicional não superior a 100 % sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.
4. As horas trabalhadas no período das 20 horas de um dia até as 5 horas do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de 25 %.

**28. Em relação às competências dos órgãos da OAB, assinale a alternativa correta:**

1. Compete privativamente ao Conselho Federal criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados.
2. Compete privativamente ao Conselho Seccional fixar a tabela de honorários advocatícios, válida para todo o país.
3. É da competência do Conselho Seccional decidir o pedido de inscrição no quadro de advogados e estagiários.
4. Em nenhuma hipótese pode o Conselho da Subseção receber pedido de inscrição nos quadros de advogados e estagiários, instruir e emitir parecer prévio, mesmo que para posterior decisão do Conselho Seccional.

**29. Conforme o Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como o Regulamento Geral do EAOAB, no que diz respeito às eleições, marque a resposta correta:**

1. A eleição dos membros de todos os órgãos da OAB será realizada na segunda quinzena do mês de dezembro do último ano do mandato, mediante cédula única e votação direta dos advogados regularmente inscritos.
2. O mandato em qualquer órgão da OAB é de 3 anos, iniciando-se em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo no Conselho Federal.
3. Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término quando o titular faltar, sem justo motivo, a cinco reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do Conselho ou da diretoria da Subseção ou da Caixa de Assistência dos Advogados, podendo, entretanto, ser reconduzido no mesmo período de mandado.
4. Extinto qualquer mandato, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.906/94, cabe ao Conselho Federal escolher o substituto, caso não haja suplente.

**30. Acerca do processo disciplinar na OAB, marque a alternativa incorreta:**

1. O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante a Subseção, quando competirá a está julgar o advogado e aplicar a punição cabível.
2. A decisão condenatória irrecorrível deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Seccional onde o a representado tenha a inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos.
3. A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.
4. O prazo para a defesa prévia pode ser prorrogado por motivo relevante, a juízo do relator.

**Direito e Processo Penal**

**31. Marque a alternativa que melhor se adéqua ao ato de quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.**

1. legítima defesa;
2. Estado de necessidade
3. Exercício regular de direito
4. Regime jurídico absoluto.

**32. Quanto ao tema isenção de pena, podemos afirmar que é isento de pena o agente que:**

(A) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(B) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(C) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, parcialmente capaz de entender o caráter lícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(D) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação, somente, parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**33. Analise as alternativas abaixo e marque a opção incorreta:**

1. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
2. Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
3. Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
4. Comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

**34. No Direito Penal brasileiro, as penas não poderão ser:**

(A) privativas de liberdade;

(B) restritivas de direitos;

(C) de multa;

(D) Trabalho forçado.

35. No conflito aparente de normas, quando se evidencia a ocorrência de um crime-meio para a caracterização de um crime-fim, a questão vem solucionada pelo:

(A) princípio da subsidiariedade tácita;

(B) princípio da consunção;

(C) princípio da especialidade;

(D) princípio da alternatividade;

**36. Na ação penal pública, são sujeitos principais da relação processual o:**

(A) juiz e o acusado, apenas.

(B) juiz e o Ministério Público, apenas.

(C) juiz, o Ministério Público e o acusado, apenas.

(D) Ministério Público e o acusado, apenas.

**37. Na ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público**

(A) pode intervir na prova produzida pelo querelante, mas não pode produzir prova nova.

(B) não pode intervir no processo se não aditou a queixa.

(C) pode aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva.

(D) não pode retomar a ação como parte principal, mesmo que o querelante a abandone, pois já demonstrou ser desidioso.

**38. Considere:**

**I. Juiz.**

**II. Escrivão.**

**III. Oficial de Justiça.**

**IV. Ministério Público.**

**V. Acusado.**

**São sujeitos da relação processual os indicados APENAS em:**

(A) I, IV e V.

(B) I e V.

(C) II, III e IV.

(D) III, IV e V.

**39. O acusado:**

(A) ausente ou foragido será processado sem defensor;

(B) que não atender à intimação para o interrogatório, poderá ser conduzido coercitivamente;

(C) menor será assistido por curador;

(D) que não tiver defensor terá um nomeado pelo juiz, mas depois não terá direito de nomear outro de sua confiança.

**40. Marque a alternativa correta, com relação aos sujeitos da relação processual:**

(A) Ao órgão do Ministério Público incumbirá prover a regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, para tal fim, requisitar a força pública.

(B) O juiz dar-se-á por suspeito e não poderá exercer a jurisdição no processo em que ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

(C) Do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.

(D) A suspeição poderá ser declarada e reconhecida mesmo quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

**Empresarial**

**41. Em relação à Sociedade em Conta de Participação NÃO é correto afirmar que:**

(A) é uma sociedade empresária personificada e de pessoas.

(B) a atividade constitutiva do objeto social deve ser exercida unicamente pelo sócio ostensivo.

(C) o contrato social produz efeito somente entre os sócios.

(D) as contribuições dos sócios participante e ostensivo constituem patrimônio especial.

**42. Com relação ao instituto do aval, é correto afirmar que:**

(A) é necessário o protesto para a cobrança dos avalistas do emitente e dos endossantes de notas promissórias.

(B) o avalista, quando executado, pode exigir que o credor execute primeiro o avalizado.

(C) o aval pode ser lançado em documento separado do título de crédito.

(D) a obrigação do avalista se mantém, mesmo no caso de a obrigação que ele garantiu ser nula, exceto se essa nulidade for decorrente de vício de forma.

**43. Sobre as marcas, é correto afirmar que:**

(A) a marca de alto renome é sinônimo de marca notoriamente conhecida.

(B) a vigência do registro da marca é de 5 (cinco) anos, sendo prorrogável por períodos iguais e sucessivos.

(C) é permitida a cessão do pedido de registro de marca, caso o cessionário atenda aos requisitos legais.

(D) a marca de produto ou serviço é aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.

**44. Sobre os direitos dos acionistas, é correto afirmar que:**

(A) o direito de voto é garantido a todo acionista, independente da espécie ou classe de ações de que seja titular.

(B) os acionistas deverão receber dividendos obrigatórios em todos os exercícios sociais.

(C) o acionista terá direito de se retirar da companhia caso cláusula compromissória venha a ser introduzida no estatuto social.

(D) o acionista tem o direito de fiscalizar as atividades sociais e sendo titular de mais de 5% do capital poderá requerer judicialmente a exibição dos livros da companhia, caso haja suspeita de irregularidades dos administradores.

**45. Dentre as alternativas abaixo, indique aquela que corresponde a um crédito que deve ser classificado como extraconcursal:**

(A) Multas por infração do Código de Postura Municipal.

(B) Custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa tenha sido vencida.

(C) Créditos quirografários sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuaram a provê‐lo normalmente após o pedido de recuperação judicial.

(D) Os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento.

**Direito e Processo Civil**

**46. No âmbito dos juizados especiais, é correto afirmar que:**

1. Não são devidos custas processuais ou honorários de sucumbência;
2. A pessoa jurídica não pode figurar no polo passivo da demanda, uma vez que a via eleita se destina a casos simples entre pessoas naturais;
3. Não é admitida a prova técnica;
4. É possível a homologação de acordo no valor de 250 (duzentos e cinquenta) salários mínimos.

**47. Marcos André, fora citado no dia 28 de setembro de 2012, por intermédio de oficial de justiça, para que, querendo, oferecesse resposta à ação de rito ordinário que lhe moveu Renato Augusto. Considerando o exposto, responda acerca do prazo fatal correto para manifestação de Marcos André, caso intentasse oferecer contestação (Domingos do mês de setembro – 2;9;16;23;30):**

1. Considerando-se que o dia mencionado foi uma sexta-feira, o prazo somente começaria a fluir na segunda-feira seguinte, findando-se em 15 de junho de 2012.
2. Se Marcos André almejasse denunciar à lide um terceiro, somente após a aceitação deste é que teria fluência o prazo de resposta;
3. Com os dados fornecidos na questão, não é viável estabelecer o prazo derradeiro.
4. O prazo final de resposta, no caso de citação pessoal pelo oficial de justiça, segundo o Código de Processo Civil, conta-se a partir do ato, sendo certo que terminaria no dia 11 de outubro, lembrando-se que dia 12 é feriado e que, nestes casos, deve-se antecipar o ato processual.

**48. Toró, atacante goleador de certo time das Laranjeiras, fora citado em ação de alimentos proposta por seu filho, Chuvisco, devidamente representado pela genitora Maria Sertão, tendo-se como causa de pedir inadimplemento de parcelas no total de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Toró, em sua defesa, alega que desde que fora dispensado por seu último time, não mais desempenhou qualquer atividade laborativa, sendo absurdo o montante cobrado por Chuvisco. Acrescenta que Chuvisco, inclusive, casou-se e passou em concurso público, demonstrando que o débito remonta ao ano de 2011. Indique a assertiva correta:**

1. Os argumentos de Toró podem até ser relevantes, mas não têm o condão de impedir sua prisão civil, uma vez que ele sequer nega a qualidade de devedor, restando evidente o caráter alimentar da obrigação.
2. A prisão civil por dívidas alimentares foi, recentemente, reconhecida como inviável pelo Supremo Tribunal Federal, tal como a Corte anteriormente se manifestara a respeito da prisão por dívida do depositário infiel.
3. Toró, neste contexto, não poderá ser preso, nem a suposta dívida poderá ser cobrada, uma vez que Chuvisco, ainda que menor de dezoito anos, emancipou-se com o casamento e a aprovação em concurso público.
4. A dívida perde o caráter alimentar e pode ser cobrada nos termos do art. 732 e 735 do Código de Processo Civil, vedando-se a prisão do inadimplente.

**49. Sobre a teoria da ação, marque a alternativa incorreta.**

1. Segundo recente julgamento do Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento de ausência de alguma das condições da ação, apos instrução processual, deve viabilizar um julgamento de mérito do processo, não sendo caso de extinção com base no art. 267, VI do Código de Processo Civil.
2. Pode-se dizer que a teoria eclética situa-se em um meio termo entre a teoria abstrata e a teoria concreta sobre o direito de ação, cuja criação se volta para evitar a sequencia da marcha processual em situações manifestamente infrutíferas, quando olhado o processo na perspectiva do autor.
3. A possibilidade jurídica do pedido, segundo significativa parcela doutrinária, não deveria ser considerada condição da ação, sendo certo que o Projeto de Alteração do Novo Código de Processo Civil sequer a inclui nesta categoria.
4. Cronologicamente, na linha do desenvolvimento histórico da ciência processual, a teoria do direito concreto de ação antecede a teoria abstrata.

**50. Sobre o litisconsórcio, marque a alternativa correta:**

1. O litisconsórcio unitário pode ser facultativo.
2. Nos casos de litisconsórcio multitudinário, permite-se hoje que o juiz converta a processo interindividual em coletivo.
3. Não se admite o litisconsórcio superveniente no polo ativo.
4. Não se admite o litisconsórcio nos juizados especiais.
5. **Quando comparado ao Código de 1916, aponte a assertiva correta acerca do atual Código Civil.**
6. Manteve-se intacto o caráter de patrimonialização dos direitos.
7. Exaustivamente, o novo Código Civil teve por mérito regular e prever todos os contratos possíveis, uma vez que é nítido seu intento de fazer cumprir a função social em todos eles.
8. No que diz respeito à boa-fé, sua vertente objetiva foi destacada no atual Código, apesar de não constar nenhum dispositivo expresso a seu respeito que traga a expressão “boa-fé objetiva”.
9. Para objetivar o controle das relações sociais, o novo Código Civil teve por mérito diminuir conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas abertas, visando dar maior operabilidade ao diploma.
10. **Sobre os direitos reais, indique a resposta correta.**
11. As hipotecas sobre as estradas de ferro serão registradas no Município da estação inicial da respectiva linha, e no Distrito Federal quando interligar dois ou mais Estados.
12. Os credores hipotecários não poderão opor-se à venda da estrada, à de suas linhas, de seus ramais ou de parte considerável do material de exploração.
13. Na execução das hipotecas será intimado o representante da União ou do Estado, para, dentro em quinze dias, remir a estrada de ferro hipotecada, pagando o preço da arrematação ou da adjudicação.
14. Embora conste do capítulo pertinente, sabe-se que hoje a hipoteca não constitui direito real.
15. **Sobre a ordem de vocação hereditária, assinale a afirmação correta.**
16. O cônjuge é meeiro, não podendo ser incluído na classe dos herdeiros, que é reservada para os ascendentes, descendentes e colaterais.
17. Os descendentes da mesma classe têm os mesmos direitos à sucessão de seus ascendentes.
18. Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará um quarto da herança; caber-lhe-á a metade desta se houver um só ascendente, ou se maior for aquele grau.
19. Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará o dobro do que cada um daqueles herdar.
20. **Sobre as fundações, marque a alternativa correta.**
21. A fundação que tenha proximidade ou que contrate com o Ministério Público está dispensada da fiscalização deste órgão, uma vez que tal proceder é inerente ao próprio estado de proximidade e de contratação.
22. Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.
23. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura particular ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
24. A fundação não poderá constituir-se para fins religiosos ou morais.
25. **São excluídos do regime da comunhão universal de bens, exceto:**
26. Os bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar;
27. Os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva;
28. As dívidas havidas durante o casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum;
29. As doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Carlos trabalha em regime de trabalho em tempo parcial. Durante o período aquisitivo de suas férias, Carlos teve 8 faltas injustificadas. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, ele:**

(A) não terá direito ao gozo de férias.

(B) terá direito ao gozo de suas férias regularmente, sem redução.

(C) terá o seu período de férias reduzido pela metade.

(D) terá redução de três dias do seu período de férias.

**57. Após alguns anos de serviço prestado a empresa, o empregado Alberto passou a exercer função de confiança em razão da licença maternidade de outra empregada, Nina. Seis meses após, Nina voltou ao trabalho e Alberto foi revertido ao cargo efetivo anteriormente ocupado, deixando o exercício da função de confiança. Tal situação:**

(A) não será considerada alteração unilateral.

(B) implica em pagamento suplementar, nunca inferior a 25% do salário do empregado Pedro.

(C) só será regular se houver anuência do empregado Pedro.

(D) só será possível se resultar de real necessidade de serviço.

**58. Considerando as normas especiais de proteção ao trabalho da mulher, é INCORRETO afirmar que:**

(A) é vedado publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade, pública e notoriamente, assim o exigir.

(B) é vedado exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.

(C) ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a vinte quilos de trabalho contínuo, ou vinte e cinco quilos para o trabalho ocasional, salvo se exercida a atividade com aparelhos mecânicos.

(D) em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de quatro semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes do afastamento.

**59. O aviso prévio:**

(A) é computado no tempo de serviço do empregado, incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento, observando-se as regras do Código Civil.

(B) não sofre incidência de gorjetas e das gratificações semestrais.

(C) é devido na sua integralidade na dissolução do contrato de trabalho por culpa recíproca.

(D) poderá ser concedido ao empregado no curso de estabilidade provisória exatamente por não possuir a estabilidade em caráter definitivo.

**60. No tocante às horas *in itinere*, considere:**

**I. Afasta o direito às horas *in itinere* o fato do empregador não cobrar pelo fornecimento do transporte para local de difícil acesso.**

**II. A mera insuficiência de transporte público enseja o pagamento das horas *in itinere*.**

**III. A Consolidação das Leis do Trabalho, permite o desconto de 10% dos gastos com transporte do empregado quando do pagamento das horas *in itinere*.**

**IV. Se o transporte regular existir, mas em horário incompatível com a jornada de trabalho do obreiro, este terá direito ao pagamento das horas *in itinere*.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

(A) I e IV.

(B) II.

(C) II e III.

(D) IV.

**61. Antônio, com domicílio em Vitória, passou por seleção e foi contratado na cidade de São Paulo, sede da empresa, para a função de supervisor administrativo. Durante todo o seu contrato Antônio trabalhou no município de Porto Alegre, sendo dispensado após dois anos de contrato, sem receber suas verbas rescisórias. Conforme regras da Consolidação das Leis do Trabalho relativas à competência territorial para propositura de ação trabalhista, Antônio deve propor a reclamatória trabalhista para receber seus haveres em:**

(A) Vitória, porque é o domicílio do autor.

(B) São Paulo, porque é o local da sua contratação.

(C) São Paulo, porque é a sede do réu.

(D) Porto Alegre, porque é o local da prestação dos serviços.

**62. Roberta moveu reclamação trabalhista em face da empresa Rios de Tinta, tendo atribuído à causa o valor total das verbas pleiteadas no importe de R$ 2.800,00. Na audiência UNA designada a empresa reclamada não compareceu, e o juiz verificou que a citação não fora realizada porque o reclamante havia fornecido o endereço incorreto da reclamada, absolutamente diverso daquele anotado em sua Carteira Profissional. De acordo com a CLT, o juiz deve:**

(A) determinar o arquivamento da reclamação trabalhista e condenação da Roberta ao pagamento de custas sobre o valor da causa.

(B) abrir prazo para que Roberta informe o endereço correto da reclamada, determinando a designação de nova audiência.

(C) determinar o retorno do processo à secretaria da vara para tentativa de localização da reclamada.

(D) determinar a citação da reclamada por edital.

**63. Conforme legislação específica em relação às audiências trabalhistas, o comparecimento das partes e as consequências de suas ausências, é INCORRETO afirmar:**

(A) Nas audiências trabalhistas é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.

(B) O não comparecimento do reclamante à primeira audiência designada como Una importa na confissão quanto à matéria fática, não ocorrendo o arquivamento da ação.

(C) O não comparecimento do reclamado à primeira audiência designada como Una importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

(D) Se por doença ou qualquer outro motivo, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente na audiência, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

**64. Sobre a matéria recursal no Processo do Trabalho é correto afirmar que:**

(A) no Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de oito dias, das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ainda que a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.

(B) o recurso de revista, sempre dotado de efeitos devolutivo e suspensivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando em qualquer caso, a decisão.

(C) cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de oito dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

(D) o agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.

**65. Em relação à execução trabalhista, conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:**

(A) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são considerados títulos executivos extrajudiciais e serão executados pela forma estabelecida pela CLT.

(B) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, reclamante ou reclamado, mas não poderá ser promovida *ex officio* pelo próprio Juiz competente.

(C) Requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 05 (cinco) dias ou garanta a execução, sob pena de penhora.

(D) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 10 (dez) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

**Direito Tributário**

**66. No que se refere ao Imposto sobre Serviços, assinale a alternativa CORRETA:**

(A) não incide sobre serviços provenientes do exterior;

(B) a lei complementar fixou uma alíquota máxima de 5%;

(C) incide nas exportações de serviços para o exterior;

(D) é tributo não cumulativo, compensado-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas operações anteriores.

**67. De acordo com o Código Tributário Nacional, aplica-se retroativamente**

**a lei tributária na hipótese de:**

(A) analogia, quando esta favorecer o contribuinte.

(B) extinção do tributo, ainda não definitivamente constituído.

(C) graduação quanto à natureza de tributo aplicável, desde que não seja hipótese de crime.

(D) ato não definitivamente julgado, quando a lei nova lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

**68. No exercício de 1995, um contribuinte deixou de recolher determinado tributo. Na ocasião, a lei impunha a multa moratória de 30% do valor do débito. Em 1997, houve alteração legislativa, que reduziu a multa moratória para 20%. O contribuinte recebeu, em 1998, notificação para pagamento do débito, acrescido da multa moratória de 30%. A exigência está:**

(A) correta, pois aplica-se a lei vigente à época de ocorrência do fato gerador.

(B) errada, pois aplica-se retroativamente a lei que defina penalidade menos severa ao contribuinte.

(C) correta, pois o princípio da irretroatividade veda a aplicação retroagente da lei tributária.

(D) errada, pois a aplicação retroativa da lei é regra geral no direito tributário.

**69. Conforme a Constituição Federal, o veículo legislativo adequado para dispor sobre conflitos de competência entre os entes políticos em matéria tributária é a**:

(A) medida provisória.

1. lei complementar.
2. emenda constitucional.
3. lei ordinária.

**70. Assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) o ICMS incide sobre as exportações ao exterior de mercadorias, sendo o tributo devido ao Estado do domicílio do exportador, independente do local do desembaraço aduaneiro;

(B) o ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa a circulação de mercadoria, com o montante cobrados nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

(C) o IPVA pode ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização do veículo;

(D) o imposto sobre a transmissão de bens causa mortis, quando a transmissão se referir a bem imóvel, será devido ao Estado no qual o imóvel for situado.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÂO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |